



A influência do gênero nas percepções de prazer e sofrimento no trabalho policial em Rondônia

The influence of gender on perceptions of pleasure and suffering in police work in Rondônia

Laís Rodrigues de Cristo¹, Marcelo Xavier de Oliveira²

¹Mestra em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia;

²Doutor em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba.

*Autor correspondente: Laís Rodrigues de Cristo. E-mail: laiscristo@hotmail.com

RESUMO: Este estudo teve como objetivo analisar a influência do gênero nas percepções de prazer e sofrimento no trabalho entre policiais militares do estado de Rondônia, a partir da adaptação e análise psicométrica da Escala adaptada de Indicadores de Prazer e Sofrimento no Trabalho (EIPST). A pesquisa, de abordagem quantitativa, contou com a participação de 391 policiais militares, que responderam a questionários *online* estruturados. A análise dos dados foi realizada por meio de um *software* estatístico específico, empregando técnicas de análise descritiva e análise fatorial exploratória. A análise fatorial revelou cinco dimensões associadas às experiências de prazer e sofrimento no trabalho policial: (I) Desgaste, (II) Realização, (III) Liberdade, (IV) Desvalorização e (V) Violência de Gênero. Para verificar diferenças estatisticamente significativas entre os gêneros, foram aplicados o Teste de Mediana e o Teste U de Mann-Whitney. Os resultados indicaram que a única diferença estatisticamente significativa entre homens e mulheres ocorreu no fator desvalorização e violência de gênero, sugerindo que as policiais militares enfrentam maiores desafios relacionados à falta de reconhecimento e ao assédio no ambiente de trabalho. Já os fatores realização, liberdade e desgaste não apresentaram diferenças expressivas entre os gêneros, evidenciando que ambos compartilham experiências semelhantes de prazer e desafios na profissão. Conclui-se que, apesar da presença de elementos motivadores e de satisfação no trabalho policial, o desgaste físico e emocional é uma constante, sendo mais acentuado para as mulheres devido a questões de gênero estruturais, como assédio e menor valorização profissional.

Palavras-chave: Policiais Militares; Prazer-Sofrimento; Relações de Gênero; Saúde Mental.

ABSTRACT: This study investigated the influence of gender on the perceptions of pleasure-suffering and mental health of military police officers in the state of Rondônia. The research, which used a quantitative approach, included the participation of 391 military police officers, who answered structured online questionnaires. Data analysis was performed using specific statistical software, employing descriptive analysis and exploratory factor analysis techniques. Factor analysis revealed five dimensions associated with the experiences of pleasure and suffering in police work: (I) Exhaustion, (II) Achievement, (III) Freedom, (IV) Devaluation, and (V) Gender-Based Violence. To verify statistically significant differences between genders, the Median Test and the Mann-Whitney U Test were applied. The results indicated that the only statistically significant difference between men and women occurred in the factor devaluation and gender-based violence, suggesting that female military police officers face greater challenges related to lack of recognition and harassment in the workplace. The factors of achievement, freedom and exhaustion did not show significant differences between genders, showing that both share similar experiences of pleasure and challenges in the profession. It is concluded that, despite the presence of motivating and satisfying elements in police work, physical and emotional exhaustion is a constant, being more pronounced for women due to structural gender issues, such as harassment and lower professional appreciation.

Keywords: Gender Relations; Mental Health; Military Police; Pleasure-Suffering.

Recebido: 2025-03-12

Aceito: 2025-07-21

INTRODUÇÃO

O trabalho policial militar é uma das ocupações mais estressantes devido aos elevados riscos inerentes à profissão e à exposição contínua a situações de violência. A rotina desses profissionais demanda enfrentamento de conflitos, atuação sob pressão extrema e tomada de decisões em cenários imprevisíveis. Além dos desafios externos, a própria estrutura organizacional e a cultura institucional hierárquica contribuem significativamente para o desgaste emocional dos policiais. Segundo Almeida *et al.* (2017), 89,38% dos policiais militares apresentam níveis médios ou altos de estresse, evidenciando uma realidade preocupante no que concerne à saúde mental da categoria.

No âmbito da Polícia Militar, a influência do gênero na percepção de prazer e sofrimento no trabalho é um aspecto relevante para análise, uma vez que essas questões estão presentes em toda a instituição. Contudo, o recorte empírico deste estudo será a Polícia Militar de Rondônia (PMRO), cuja escolha será detalhada adiante. O ambiente policial, historicamente masculinizado, reflete essa característica na distribuição desigual de funções e na permanência de práticas discriminatórias. Conforme Dias e Rosa (2014), as instituições de segurança pública são permeadas por uma lógica patriarcal que marginaliza as mulheres e limita suas possibilidades de ascensão na carreira militar. Um estudo conduzido por Cristo *et al.* (2021), na PMRO, reforça essa realidade ao demonstrar que as policiais femininas enfrentam assédio moral e sexual, bem como preconceitos estruturais que desvalorizam sua atuação profissional. Para os policiais do sexo masculino, há uma exigência cultural de resiliência e repressão emocional, o que perpetua transtornos psicológicos frequentemente não diagnosticados ou tratados, devido ao estigma associado à demonstração de vulnerabilidade emocional nesse contexto.

Diante desse cenário, coloca-se a seguinte problemática central: de que maneira as desigualdades de gênero influenciam as percepções de prazer e sofrimento no trabalho entre os policiais militares da PMRO? Essa questão parte do reconhecimento de que a organização militar, marcada por uma cultura hierárquica e predominantemente masculina, impacta de forma diferenciada a vivência profissional de homens e mulheres, podendo gerar consequências distintas para a sua saúde mental, reconhecimento e bem-estar no ambiente ocupacional. Assim, o presente estudo tem como objetivo central analisar a influência do gênero nas percepções de prazer e sofrimento no trabalho entre policiais militares da PMRO, por meio da adaptação e análise das propriedades psicométricas da Escala de Indicadores de Prazer e Sofrimento no Trabalho (EIPST) no contexto da corporação.

A importância desta investigação reside na necessidade de aprofundar a compreensão acerca das relações de gênero dentro da PMRO e seus impactos na saúde mental dos policiais. Todavia, as contribuições desta pesquisa abrangem múltiplas esferas. No campo acadêmico, o estudo amplia o conhecimento sobre a interseção entre gênero e saúde mental no contexto da segurança pública, oferecendo uma análise aprofundada dos impactos das relações institucionais na subjetividade dos profissionais.

No âmbito pessoal, a pesquisa nasce da inquietação da autora – mulher e policial militar – que vivencia, em sua trajetória, os prazeres e desafios inerentes a esse contexto, o que confere maior aprofundamento e sensibilidade à abordagem do tema.

Já no âmbito institucional, os resultados poderão subsidiar a implementação de estratégias que minimizem os efeitos negativos da organização do trabalho sobre os policiais, promovendo um ambiente mais equitativo e saudável.

Por fim, ao abordar esta temática, espera-se fomentar um debate mais amplo sobre a necessidade de reconhecimento e valorização dos profissionais da segurança pública, considerando as especificidades de gênero como um fator essencial para a formulação de políticas públicas eficazes. Dessa forma, este estudo busca evidenciar como as relações de gênero impactam a experiência dos policiais militares, oferecendo subsídios para intervenções que promovam equidade, justiça social e bem-estar emocional no ambiente policial.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O ambiente da Polícia Militar reflete desigualdades estruturais de gênero que impactam diretamente a experiência dos policiais no trabalho. A sociedade define funções específicas para homens e mulheres, e isto também se reflete na organização militar. Segundo Carloto, “(...) as relações de gênero se estabelecem dentro de um sistema hierárquico que dá lugar a relações de poder, nas quais o masculino não é unicamente diferente do feminino, mas existe uma supremacia da esfera masculina” (Carloto, 2014, p.3).

Na Polícia Militar, essa hierarquia se traduz em barreiras para as mulheres, que enfrentam dificuldades de ascensão, desvalorização e assédio, além da segregação em funções administrativas. Por outro lado, os homens sofrem pressões para se enquadrarem em um modelo hegemônico de masculinidade, o qual exige força, resiliência emocional e invulnerabilidade (Dias; Rosa, 2014). Esse contexto reforça o sofrimento psíquico no trabalho, tornando essencial a análise dessas experiências por meio de instrumentos psicométricos.

Diante disso, a Escala de Indicadores de Prazer e Sofrimento no Trabalho (EIPST) surge como uma ferramenta relevante para mensurar essas vivências e compreender as diferenças de gênero no ambiente policial. Sua adaptação ao contexto militar permite identificar os principais fatores que influenciam a saúde mental dos policiais, fornecendo dados para futuras intervenções e políticas de bem-estar organizacional.

2.1 PRAZER E SOFRIMENTO NA POLÍCIA MILITAR

As experiências de prazer e sofrimento no trabalho policial são influenciadas por dinâmicas organizacionais, como demandas emocionais, físicas e a própria natureza da profissão. Na Polícia Militar, elas são ainda mais complexas devido à estrutura hierárquica rígida, à exposição constante ao risco e às exigências sociais por desempenho. Segundo Dejours (1992), autor pioneiro da Psicodinâmica do Trabalho, o trabalho pode ser fonte de prazer quando o indivíduo encontra realização e reconhecimento, mas também pode causar sofrimento quando as condições organizacionais e sociais geram exaustão física e psicológica. No ambiente militar, esses efeitos podem ser intensificados a depender das condições de trabalho, como disciplina rigorosa e cumprimento de ordens.

Dejours (2012) explica que a Psicodinâmica do Trabalho estuda como o ambiente de trabalho influencia seus trabalhadores. Na Polícia Militar, situações de risco e confrontamento à violência fazem parte do cotidiano e delas decorrem um delicado equilíbrio entre prazer e sofrimento, o qual se constitui um fenômeno bastante interessante para os estudos na área. O prazer está intimamente relacionado ao sentimento de ser reconhecido como socialmente útil pela organização e pela sociedade em geral. Já o sofrimento decorre do perigo constante de exposição, da sobrecarga emocional e da falta de suporte institucional em relação ao estresse no trabalho.

Mendes (2007) explica que, no trabalho policial, o sofrimento psíquico representa a relação entre o indivíduo e a organização do trabalho. Dentro da Polícia Militar, em que o cumprimento de ordens é imperativo e a hierarquia é rígida, muitos policiais têm dificuldade em aceitar a falta de autonomia, bem como a pressão para produzir resultados. Com isso, o sofrimento tende a se intensificar quando profissional policial não consegue atender às demandas institucionais, uma vez que essa dificuldade provoca frustração, sensação de impotência e exaustão emocional. Ocorre, também, que o trabalho pode ser repetitivo e burocrático, não permitindo a criatividade ou o engajamento pessoal por parte do trabalhador.

O prazer, por outro lado, ocorre quando os policiais têm experiências de desempenho de tarefas eficiente e são reconhecidos por isso. A satisfação com o trabalho traz sentimentos de controle sobre as atividades e uma percepção de que o trabalho é importante na sociedade, ou seja, é valorizado. A Polícia Militar tem oportunidades limitadas de ter prazer, pois as condições de trabalho são geralmente adversas, faltam recursos e as horas de trabalho duro e pressão fazem com que alcançar resultados seja uma alternativa improvável. Além disso, o reconhecimento pela instituição nem sempre é imediato, o que reduz as chances de ter momentos de prazer no trabalho.

Dejours e Abdoucheli (1994) ressaltam que a organização do trabalho pode prejudicar a saúde física e mental dos trabalhadores, pois há bastante rigidez nas estruturas e pouca flexibilidade nas tarefas. A hierarquia e a disciplina inerentes da organização Polícia Militar são os principais fatores que impedem os policiais de terem autonomia sobre suas atividades, levando-os, em muitos casos a sentimentos de alienação e frustração. Logo, a falta de controle sobre o próprio trabalho é uma das principais causas de sofrimento entre esses trabalhadores.

Além disso, a dinâmica de gênero dentro da Polícia Militar também é acometida – e de maneira mais intensa – de experiências de prazer e sofrimento. As policiais femininas são frequentemente prejudicadas por segregação ocupacional, assédio moral e sexual, o que cria uma identidade desvalorizada para elas, devido a terem que lidar com a desvalorização de suas habilidades e à falta de reconhecimento e de respaldo da instituição. O sofrimento gerado nessas circunstâncias impacta diretamente a saúde mental das policiais, que não raro enfrentam dificuldades para conciliar as demandas da carreira com as responsabilidades familiares – o que intensifica ainda mais o sofrimento no trabalho.

A saúde mental dos policiais é uma questão central na Psicodinâmica do Trabalho. Segundo Dejours (1992), o trabalho pode ser fonte tanto de realização quanto de doença, dependendo das condições oferecidas pela organização. Na Polícia Militar, esse sofrimento psíquico é potencializado pela ausência de programas institucionais voltados à promoção da saúde mental e pelo estigma associado ao cuidado psicológico, que frequentemente desestimula policiais, especialmente os homens, a procurarem apoio profissional. Essas condições criam um ambiente propício para o acúmulo do sofrimento, gerando consequências graves para a saúde mental e o bem-estar, como transtornos de ansiedade, depressão e *burnout*.

Nesse sentido, o prazer e o sofrimento proporcionados no trabalho policial são contingentes a diversas variáveis, como organização do trabalho, relações de gênero e apoio institucional. Para contornar essa questão, é importante que a Polícia Militar adote políticas que fortaleçam a saúde mental e a igualdade de gênero, buscando, para tanto, proporcionar aos seus policiais um maior cuidado à saúde, infraestrutura, capacitação profissional, autonomia e reconhecimento.

2.2 SAÚDE MENTAL NA POLÍCIA MILITAR

A saúde mental dos policiais militares – homens e mulheres – é uma questão relevante, que merece atenção dentro da instituição. As questões que perpassam pela profissão e o contexto de trabalho expõem os policiais militares a situações estressantes e desafiadoras, as quais podem acarretar sofrimento psíquico e adoecimento mental (Tomazeli, 2021; Gomes, 2021). Nesse sentido, é preciso compreender o que as pesquisas revelam acerca dessa temática.

Tomazeli (2021), a partir da revisão sistemática de 54 publicações, encontrou as seguintes variáveis como principais perturbações que acometem os policiais militares: estresse, depressão, ansiedade, má qualidade do sono, insatisfação com a vida e ideação suicida. Discutindo-as, a autora aborda como o ambiente militar influencia a subjetividade dos policiais, dificultando a expressão de sentimentos e emoções, e aprofundando os problemas de ordem psiquiátrica. Ela destaca, ainda, o suicídio, que se configura uma das principais causas de morte entre os militares (Tomazeli, 2021).

Vale ressaltar que o estresse também é um fator agravante para o surgimento de comorbidades psiquiátricas no meio militar, devido às exigências particulares da profissão, que demandam um preparo psicológico intenso. Além disso, o uso abusivo de substâncias psicoativas, como o álcool, por exemplo, é uma preocupação significativa entre os militares, conforme evidenciado por estudos nacionais e internacionais (Tomazeli, 2021).

Oliveira e Santos (2010), ao abordarem a percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua, destacam que a vida laboral desses profissionais está permeada por situações de estresse extremo, o que pode gerar possíveis quadros de desequilíbrio emocional. Os resultados da pesquisa desses autores indicaram que a maioria

dos participantes se percebia estressada sempre ou às vezes, e que uma parte deles relatou já ter agido impulsivamente (Oliveira; Santos, 2010).

Ademais, as condições de trabalho, físicas e/ou estruturais, também trazem impactos na saúde mental de policiais militares. Marçal *et al.* (2020) discutem que a precarização do trabalho e tudo o que a permeia agravam ainda mais a problemática, revelando que não somente fatores como o estresse do trabalho relacionado à natureza da função/profissão, mas também os aspectos organizacionais influenciam para esse quadro. A exposição constante a situações de risco, o estresse, a carga horária extenuante e a falta de suporte psicológico adequado são fatores que contribuem significativamente para o adoecimento mental dos policiais militares.

No que se refere ao marcador gênero, os achados de Bezerra, Minayo e Constantino (2013) indicam que, para as mulheres especificamente, os principais fatores de estresse são problemas com a hierarquia, a grande demanda de trabalho e o preconceito de gênero dentro das corporações. Além disso, a falta de espaços institucionais para discutir problemas, compartilhar experiências e sofrimentos é apontada como uma lacuna que impacta a saúde mental das policiais militares (Bezerra; Minayo; Constantino, 2013).

Guedes e Gondim (2020), por sua vez, ressaltam que o suporte organizacional e o suporte social foram identificados como preditores do engajamento no trabalho no contexto policial. Ou seja, os policiais que tinham maior apoio dos colegas, dos superiores e da corporação desenvolviam mais engajamento do que aqueles que careciam desse suporte. A cultura militar, que valoriza a força, a coragem e a dedicação total ao serviço, pode dificultar a abordagem do sofrimento psíquico, levando os profissionais a construírem uma identidade enrijecida e estereotipada, o que pode impactar negativamente a saúde mental desses trabalhadores (Tomazeli, 2021; Gomes, 2021).

Por isso, é importante explorar a percepção dos policiais militares sobre os aspectos que permeiam a sua saúde mental, apontando para a necessidade de políticas públicas efetivas e medidas preventivas que visem à melhoria da qualidade de vida desses profissionais (Oliveira; Santos (2010). Além disso, é necessária a oferta de suporte psicológico, programas de prevenção do estresse e estratégias de apoio emocional, os quais podem ser implementados com o suporte das pesquisas sobre o tema (Guimarães, 2005).

Nascimento, Feitosa e Rodríguez (2020) também ressaltam a importância de abordar a saúde mental dos policiais militares, não apenas para garantir seu bem-estar individual, mas também para promover um ambiente de trabalho saudável e eficaz. Assim, é preciso considerar o tema em pauta como parte integrante da experiência profissional desses trabalhadores, cumprindo destacar a relevância de desenvolver intervenções e políticas que promovam a saúde emocional e o bem-estar desses profissionais (Guedes; Gondim, 2020).

2.3 ESCALA DE INDICADORES DE PRAZER E SOFRIMENTO NO TRABALHO (EIPST) E SUA ADAPTAÇÃO À QUESTÃO DE GÊNERO

A Escala de Indicadores de Prazer e Sofrimento no Trabalho (EIPST) foi originalmente desenvolvida para mensurar dimensões associadas às experiências de prazer e sofrimento no ambiente profissional. De acordo com Mendes (2003), a Escala busca identificar fatores psicossociais que impactam a saúde mental dos trabalhadores, permitindo compreender melhor as dinâmicas organizacionais e seus efeitos sobre os indivíduos.

No contexto da Polícia Militar, em que as relações de gênero exercem um papel crucial na experiência laboral, tornou-se necessário adaptar a EIPST para incluir um recorte específico sobre gênero. Como destacado na pesquisa, a adaptação da Escala se justifica porque “(...) as relações de poder no ambiente militar são fortemente marcadas pelo gênero, influenciando a distribuição de funções, o reconhecimento profissional e as experiências subjetivas dos policiais” (Cristo *et al.*, 2021, p. 9).

Nesse sentido, a versão adaptada da EIPST utilizada neste estudo manteve a estrutura original da escala, mas incorporou questões que refletem as especificidades da realidade policial, incluindo fatores como desvalorização,

violência de gênero, realização profissional, liberdade no trabalho e desgaste emocional. Esses fatores emergiram da análise fatorial exploratória como dimensões relevantes para compreender as vivências dos policiais militares, diferenciando-se de outros contextos organizacionais.

Dessa forma, a validação da EIPST adaptada ao gênero permite uma avaliação mais precisa dos aspectos psicossociais do trabalho na Polícia Militar, contribuindo para futuras intervenções voltadas à saúde mental dos policiais, em especial das mulheres, e à promoção de um ambiente organizacional mais equitativo.

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DE PESQUISA

Esta pesquisa adota uma abordagem quantitativa, pois utiliza mensuração, comparação e análise estatística para descrever as variáveis do contexto de investigação. Desse modo, desenvolveu-se um estudo de campo, com coleta de dados diretamente em uma população específica, qual seja, a Polícia Militar de Rondônia.

Assim, a partir de um caráter descritivo visa compreender as relações entre as variáveis por meio da análise de dados numéricos. Para isso, foram utilizados testes de estatística descritiva, o indicador alpha de Cronbach e os testes de normalidade Komogorov-Smirnov/Shapiro-Wilk, além da Escala de Indicadores de Prazer e Sofrimento no Trabalho (EIPST).

3.2 AMOSTRA E PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS PARTICIPANTES

— 56 —
A amostra da presente pesquisa foi composta por 391 policiais militares do estado de Rondônia, todos em serviço ativo no momento da coleta de dados. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), com a garantia de seus direitos conforme as Resoluções n.º 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

O perfil sociodemográfico evidencia um contingente majoritariamente masculino (75,2%), com menor representatividade do gênero feminino (24,8%). A faixa etária variou entre 26 e 55 anos, predominando elevado nível de escolaridade: 43% possuem Ensino Superior completo e 25% possuem Pós-Graduação. Verificou-se diversidade racial, com predominância de participantes autodeclarados pardos (62,7%), seguidos de brancos (24%), pretos (9,7%), amarelos (1,8%), negros (1%) e indígenas (0,8%).

No que tange às funções ocupacionais, a maioria encontra-se inserida em atividades administrativas e operacionais, com trajetória profissional consolidada, evidenciada pelo tempo de serviço predominante entre 11 e 20 anos. Quanto ao grau hierárquico, observou-se maior concentração nas patentes intermediárias e de base, destacando-se sargentos (51,7%) e cabos (30,9%), elementos que configuram aspectos relevantes para a compreensão do contexto organizacional e das experiências relacionadas ao prazer e sofrimento no trabalho.

3.3 INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Os dados foram coletados por questionários *online* autoaplicáveis, incluindo informações sociodemográficas e a Escala de Indicadores de Prazer e Sofrimento no Trabalho (EIPST), adaptada por Mendes (2003), com a adição de cinco questões relacionadas à abordagem de gênero. Os fatores analisados foram: realização (sentimento de gratificação), liberdade (autonomia no trabalho), desvalorização (sentimento de incompetência), e desgaste (cansaço, frustração e estresse). Além disso, foram acrescidas mais 05 (cinco) questões quanto à perspectiva do gênero dentro

dos fatores já criados por Mendes (2003), itens 9, 16, 25, 33 e 34, fundamentados na pesquisa de Cristo *et al.* (2021). Nela, os autores propuseram compreender as percepções de gênero das mulheres policiais militares do estado de Rondônia, percebendo diferentes percepções de gênero na instituição. Conforme o Quadro 1, a seguir:

Quadro 1. Adaptação¹ da Escala de Indicadores de Prazer e Sofrimento

Dimensões	Nº questões	Questões
Fator realização	1	Sinto satisfação em executar minhas tarefas.
	2	Meu trabalho é insignificante.
	3	Quando executo minhas tarefas, realizo-me profissionalmente.
	4	Sinto orgulho do trabalho que realizo.
	5	Sinto-me identificado com as tarefas que realizo.
	6	Meu trabalho é compatível com as minhas necessidades profissionais.
	7	Tenho me sentido adormecido com a minha carreira profissional.
	8	Permaneço nesse trabalho por falta de oportunidade de outro emprego.
	9	<i>Sinto-me satisfeito com a divisão do trabalho entre os sexos.</i>
Fator liberdade	10	Tenho liberdade para dizer o que penso sobre meu trabalho.
	11	Tenho espaço para discutir com os colegas as dificuldades com o trabalho.
	12	Sinto-me reconhecido pelo trabalho que realizo.
	13	Tenho liberdade para organizar meu trabalho da forma que quero.
	14	Sinto meus colegas solidários comigo.
	15	No meu trabalho posso usar o meu estilo pessoal.
	16	<i>Tenho a mesma liberdade profissional que colegas do sexo oposto ao meu.</i>
Fator desgaste	17	Meu trabalho é desgastante.
	18	Meu trabalho me causa estresse.
	19	Sinto-me sobrecarregado no meu trabalho.
	20	Meu trabalho me causa tensão emocional.
	21	Meu trabalho é cansativo.
	22	Meu trabalho me causa ansiedade.
	23	Sinto desanimo no trabalho.
Fator desvalorização	24	Sinto frustração no meu trabalho.
	25	<i>Sinto-me insatisfeito na divisão de trabalho em relação aos colegas com sexo oposto ao meu.</i>
	26	Tenho receio de ser punido ao cometer erros.
	27	Sinto-me incompetente quando não atendo ao ritmo imposto pela minha empresa.
	28	Sinto-me incompetente quando não corropondo às expectativas da empresa em relação ao meu trabalho.
	29	Receio não ser capaz de executar minhas tarefas no prazo estipulado pela minha empresa.
	30	Sinto-me pressionado no meu trabalho.
	31	Sinto-me injustiçado no meu trabalho.
	32	Sinto-me desvalorizado no meu trabalho.
	33	<i>Receio sofrer assédio moral por conta do meu gênero.</i>
	34	<i>Receio sofrer assédio sexual por conta do meu gênero.</i>

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

¹ A adaptação consiste em frases adicionadas referentes à abordagem de gênero. No Quadro, elas aparecem em destaque.

3.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Os dados foram coletados entre março e junho de 2023 por meio de questionários *online*, disponibilizados via Google Docs, com a autorização do Subcomandante-Geral da PMRO. Inicialmente, os formulários foram enviados aos comandantes de batalhões e unidades através do SEI-RO e, posteriormente, replicados por meio do aplicativo “WhatsApp” usando a técnica de “bola de neve” para alcançar outros policiais. Os dados coletados foram organizados, codificados e analisados estatisticamente com o uso do Microsoft Excel e do SPSS versão 21. A codificação seguiu uma escala Likert, excluindo respostas de policiais inativos, em licença ou cedidos a outros órgãos. A análise incluiu tabelas de frequência e gráficos, além de análise fatorial exploratória para avaliar as propriedades psicométricas da Escala de Indicadores de Prazer e Sofrimento no Trabalho (EIPST), com o Teste de KMO e o Teste de Bartlett, e o Coeficiente Alfa de Cronbach para verificar a validade e confiabilidade do instrumento de pesquisa.

3.5 TÉCNICA DE ANÁLISE DOS DADOS

Os dados da pesquisa foram extraídos do Google Docs, organizados e codificados no Excel 2019, e analisados estatisticamente com o SPSS (versão 21). Foram excluídos 9 registros de policiais inativos, licenciados ou cedidos a outros órgãos, totalizando 391 participantes. A análise envolveu a construção de tabelas e gráficos descritivos, bem como a verificação das propriedades psicométricas da EIPST por meio de análise fatorial exploratória – Medida Kaiser-Meyer-Olkin de adequação de amostragem (Teste de KMO) e Teste de Esfericidade de Bartlett. A comparação entre os grupos se deu a partir do Teste de Mediana e o Teste U de Mann-Whitney. A confiabilidade do instrumento foi avaliada pelo Coeficiente Alfa de Cronbach, considerado adequado quando próximo de 1, conforme referências metodológicas da área (Cunha; Almeida Neto; Stackfleth, 2016; Gottems *et al.*, 2018).

4 RESULTADOS

4.1 ANÁLISE FATORIAL

Inicialmente, verificou-se a adequação da análise fatorial para os 34 itens da EIPST, adaptada à abordagem de gênero, a qual foi confirmada pelos índices de $KMO = 0,92$ e pelo teste de Esfericidade de Bartlett, $\chi^2(300) = 9405,059$, $p < 0,0001$. Em seguida, realizou-se a análise dos componentes principais com rotação varimax, fixando-se cinco fatores associados às vivências laborais dos policiais militares da PMRO: Desgaste, Realização, Liberdade, Desvalorização e Violência de Gênero. A presença da dimensão Violência de Gênero evidenciou experiências específicas enfrentadas por mulheres na corporação, como assédio moral e sexual, e a segregação ocupacional.

4.2 COMPARAÇÃO ENTRE OS GÊNEROS NA EIPST ADAPTADA

Após a análise fatorial e a verificação da confiabilidade (alfa de Cronbach), procedeu-se à comparação entre os gêneros, com base nas medianas de cada dimensão

Tabela 1. Estatística descritiva da EIPST adaptada à abordagem de gênero

Dimensão	Mediana Mulheres = 97	Mediana Homens = 294
I – Fator Desgaste	3,08	3,16
II – Fator Realização	3,25	3,25
III – Fator Liberdade	2,66	2,77
IV – Fator Desvalorização	2,66	2,00
V – Fator Violência de Gênero	2,00	1,00

Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

A análise estatística, efetuada a partir do Teste de Mediana e o Teste U de Mann-Whitney, indicou diferenças significativas entre os gêneros apenas para os fatores desvalorização ($p=0,001$ e $(p=0,001)$) e violência de gênero ($p=0,001$ e $(p=0,001)$).

5 DISCUSSÕES DA APLICAÇÃO DA EIPST ADAPTADA À ABORDAGEM DE GÊNERO NA POLÍCIA MILITAR

Observou-se, na pesquisa, que há diferença com significância estatística apenas para os fatores desvalorização e violência de gênero entre homens e mulheres, o que aponta para o impacto das desigualdades de gênero na percepção do sofrimento no ambiente de trabalho. Por outro lado, os fatores Realização, Liberdade e Desgaste apresentaram percepções semelhantes entre os gêneros, sugerindo que determinadas fontes de prazer e sofrimento são comuns a ambos os grupos.

5.1 DESVALORIZAÇÃO

O fator Desvalorização está relacionado ao sentimento de incompetência em relação às exigências de desempenho e produtividade. Como afirmam Gernet e Dejours (2011), o reconhecimento é fundamental para o prazer no trabalho, e sua ausência gera ansiedade, baixa autoestima e desestabilização da identidade profissional. Os dados revelaram que as mulheres policiais se sentem mais desvalorizadas que os homens, principalmente devido à sobrecarga das demandas profissionais e familiares, como gestação e amamentação, além das múltiplas jornadas. O Estudo Técnico Nacional “Mulheres nas Instituições de Segurança Pública” (Brasil, 2013) aponta que a ausência de apoio institucional, como creches e horários flexíveis, impacta diretamente a saúde mental e profissional das policiais.

Zanello, Fiúza e Costa (2015) enfatizam que as mulheres enfrentam pressões externas e autocobrança para alto desempenho, enquanto Nogueira (2010) destaca a persistente divisão sexual do trabalho relegando às mulheres o acúmulo de funções domésticas e profissionais. Mesmo com maior escolaridade, as mulheres são frequentemente direcionadas a funções administrativas, enquanto os homens ocupam cargos mais valorizados.

Hirata e Kergoat (2007), por seu turno, explicam que a divisão sexual do trabalho não pode ser compreendida apenas como a simples repartição de tarefas entre homens e mulheres, pois se trata sistema de uma organização social baseada em dois princípios estruturantes: separação entre tarefas atribuídas a homens e mulheres; e hierarquia, que valoriza mais o trabalho masculino, tanto simbólica quanto economicamente. Ainda conforme as autoras, essa divisão ultrapassa o espaço doméstico e se manifesta também no mercado de trabalho e nas instituições sociais, como a Polícia Militar, em que as mulheres são frequentemente alocadas em funções administrativas e os homens, em funções operacionais e de comando. Essa lógica não apenas distribui tarefas de forma desigual, como também reforça

estruturas de dominação de gênero, afetando o reconhecimento e a saúde mental. Mesmo quando há igualdade formal de funções, como ocorre na PMRO, persistem desigualdades simbólicas e práticas que geram sofrimento psíquico, como a desvalorização profissional e o assédio.

Por fim, o dilema da questão de gênero nas funções operacionais é abordado também por Dias e Rosa (2014), que identificaram o seguinte: na atividade-fim, as mulheres são vistas como pouco viris, e, por isso, ao serem direcionadas para funções administrativas, impõe-se e reforça-se os estereótipos de incapacidade ao gênero feminino. Essa dualidade gera sentimentos de desvalorização e incompetência. A OMS/ONU (2001) já indicou que as mulheres são mais vulneráveis a transtornos mentais devido às múltiplas pressões sociais e profissionais, além da violência e do assédio no ambiente de trabalho.

5.2 VIOLÊNCIA DE GÊNERO

O fator Violência de Gênero refere-se a comportamentos que causam danos, sofrimento ou humilhação com base no gênero. Os dados indicam que os homens relataram pouco ou nenhum receio de assédio moral e sexual, enquanto as mulheres enfrentaram essa preocupação frequentemente. O assédio moral e sexual, tanto no setor público quanto no setor privado, contribui para a discriminação, a exclusão social e a degradação das relações profissionais. Cavalcante e Silva (2021) argumentam que essas práticas expõem as trabalhadoras a situações repetitivas de humilhação e constrangimento, afetando a sua saúde mental.

De acordo com a cartilha do Ministério do Trabalho (Brasil, 2010), o assédio moral é caracterizado por condutas cruéis praticadas por superiores hierárquicos, enquanto o assédio sexual envolve a busca por favores sexuais através do abuso de poder. O Conselho Nacional de Justiça (2022) revelou que as mulheres são mais assediadas (11,8%) que os homens (9,3%), sendo o assédio moral o mais comum (74,1%), e com agressores hierárquicos em 74,4% dos casos. Na PMRO, Cristo *et al.* (2021) apontam que 60% das mulheres **relataram** que já sofreram algum tipo de assédio moral e que 56,7% sofreram assédio sexual. Neste estudo, 92,5% dos homens afirmaram nunca terem temido o assédio sexual, ao passo que somente 33% das mulheres afirmaram o mesmo, o que indica que 77% delas já experimentaram algum tipo de receio em relação ao assédio sexual.

Esse panorama revela que a cultura militar, predominantemente masculina (90% do efetivo), reforça dinâmicas de dominação e desvalorização das mulheres. Martins (2006) argumenta que a hierarquia militar impõe um controle rígido, legitimando abusos sob o pretexto da disciplina. Sobre isso, Oliveira e Bardagi (2009) observam que a natureza estressante da carreira militar cria um ambiente propício ao assédio, enquanto Kimmel (2008) sugere que a cultura patriarcal naturaliza a violência contra mulheres, atribuindo-lhes a culpa pelos abusos.

Por fim, a OMS/ONU (2001) classifica a violência contra mulheres como um grave problema social e de saúde pública, destacando seu impacto na saúde mental. A esse respeito, Saffioti (2004) acrescenta que o patriarcado estrutura a dominação masculina, tornando o assédio uma prática naturalizada nas relações de poder. Nesse âmbito, apesar de homens também poderem ser vítimas, as mulheres continuam sendo as mais afetadas devido à desigualdade hierárquica e institucional.

5.3 REALIZAÇÃO

Não houve diferença significativa entre os gêneros no fator Realização. Mendes (2007) relaciona a realização à sensação de satisfação, orgulho profissional e reconhecimento das próprias habilidades. Para os policiais militares, a profissão traz um sentimento de orgulho e satisfação, dado o propósito de manter a ordem pública e ser reconhecido socialmente. Oliveira e Faiman (2019), por sua vez, apontam que a profissão policial militar é motivo de orgulho, e está relacionada ao poder, controle, sensação de segurança e estabilidade financeira.

Para as mulheres, a função de policial militar também representa um grande avanço, considerando os desafios históricos para entrar em um mercado de trabalho masculino. Em relação a isso, Bertiol (2000) destaca que a inserção das mulheres em espaços públicos aumentou sua autoestima e reduziu as barreiras entre profissões masculinas e femininas, proporcionando um grande senso de realização.

5.4 LIBERDADE

O fator Liberdade está relacionado à autonomia para pensar, organizar e se expressar no trabalho, o que contribui para o prazer e emancipação profissional. No entanto, nas Polícias Militares, a estrutura rígida de hierarquia e a disciplina limitam essa liberdade. Como afirma Cartens Filho (2021), a hierarquia organiza a divisão de trabalho e responsabilidades, enquanto a disciplina exige o cumprimento exato do dever.

A liberdade de expressão está associada à autonomia e à criatividade, elementos essenciais para a motivação profissional (Mendes, 2007). Em virtude disso, a pesquisa revela que policiais de hierarquia superior percebem ter mais liberdade devido ao maior controle sobre suas atividades e à maior autonomia. A solidariedade entre colegas também é fundamental, já que, devido aos riscos da profissão, a confiança mútua fortalece os sentimentos de proteção e pertencimento (Oliveira; Faiman, 2019). Além disso, o suporte social da equipe e da chefia reduz os impactos negativos do estresse (Hirschle; Gondim, 2020).

5.5 DESGASTE

Não houve diferença significativa para os gêneros no fator Desgaste. O desgaste físico e emocional é uma característica inerente à profissão policial militar, devido às jornadas exaustivas e aos altos níveis de estresse. A Pesquisa Nacional sobre Valorização dos Profissionais de Segurança Pública (Brasil, 2022) aponta que cargas horárias exaustivas, más condições de trabalho, deficiência de pessoal e desvalorização aumentam o risco de desenvolvimento da síndrome de *burnout*, caracterizada por exaustão física, emocional e mental (Oliveira; Bardagi, 2009).

Na Polícia Militar, as atividades são tradicionalmente divididas entre funções operacionais – como policiamento ostensivo, patrulhamento e enfrentamento direto à criminalidade – e funções administrativas, que envolvem apoio interno, planejamento e gestão institucional. Essa divisão impacta de forma distinta a saúde dos policiais: os que atuam em atividades operacionais enfrentam riscos físicos elevados, estresse constante e jornadas irregulares, muitas vezes com escalas de 12 a 24 horas, além da exposição contínua a situações de violência. Já as funções administrativas, embora apresentem jornadas mais curtas (de 6 a 8 horas diárias), tendem a gerar maior desgaste mental devido à sobrecarga burocrática, à vigilância hierárquica rígida e, frequentemente, à menor valorização profissional. Tais diferenças influenciam diretamente nas percepções de prazer e sofrimento no trabalho, sendo essenciais para a análise das condições de saúde mental no contexto da corporação.

Por fim, Dias e Rosa (2014) discutem o impacto das pressões sociais sobre os policiais, especialmente os homens, que precisam adotar posturas de virilidade e força, enquanto as mulheres enfrentam a pressão de se ajustarem às exigências masculinas. Esse estresse pode gerar adoecimento psicológico, com sintomas como distanciamento emocional, falta de realização e depressão (Limongi-França, 2002). O estresse emocional acumulado pode se manifestar em transtornos mentais, como depressão e *burnout*. A ausência de programas institucionais voltados para a saúde mental agrava a situação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou a influência do gênero nas percepções de prazer e sofrimento entre policiais militares de Rondônia, utilizando a Escala de Indicadores de Prazer e Sofrimento no Trabalho (EIPST) adaptada. Os resultados

indicam que, apesar de as mulheres policiais demonstrarem um comprometimento comparável ao dos homens em relação à carreira, e de desempenharem a mesma função, elas enfrentam desafios adicionais relacionados à desvalorização e à violência de gênero. Nesse sentido, a igualdade de gênero na função não necessariamente se traduz em experiências idênticas, pois homens e mulheres podem enfrentar diferentes expectativas e pressões.

As mulheres policiais enfrentam duplas jornadas e barreiras estruturais, incluindo segregação ocupacional, assédio moral e sexual e dificuldades na progressão de carreira, fatores que aumentam o estresse e a insatisfação profissional. Já os homens policiais lidam com as pressões da própria função policial militar: competitividade, masculinidade hegemônica, necessidade de se adequar a padrões de força e de invulnerabilidade, e a repressão emocional, resultando em altas taxas de transtornos mentais, agravadas pelo estigma em relação à busca por apoio psicológico.

A saúde organizacional da PMRO é crucial para garantir o bem-estar dos policiais e a eficácia dos serviços prestados à comunidade. A PMRO é uma instituição com 49 anos de existência e, assim como outras instituições policiais, enfrenta o desafio de se adaptar a uma sociedade em constante mudança, na qual as expectativas em relação à igualdade de gênero estão cada vez mais presentes. Para isso, é fundamental que haja políticas institucionais inclusivas, oferecendo suporte psicológico e programas de equidade de gênero que combatam o assédio, promovam a representatividade feminina e incentivem um ambiente de trabalho mais saudável.

Além disso, futuras pesquisas podem aprofundar a análise das percepções dos policiais homens sobre gênero, a configuração do assédio moral e sexual nos quartéis e as experiências de policiais LGBTQIA+. A PMRO, como instituição em evolução, deve alinhar-se às transformações sociais, adotando uma cultura organizacional baseada na igualdade, respeito e valorização de seus profissionais, garantindo um serviço público mais justo e eficiente.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, D. M.; GONÇALVES, G. H. S.; MANSUR, L. L.; GUEDES, D. P.; SILVA, V. L. Avaliação do estresse ocupacional no cotidiano de policiais militares do Rio Grande do Sul. *Revista Organizações em Contexto*, v. 13, n. 26, p. 215-238, 2017.
- BERTIOL, M. I. S. Ser administradora é o feminino de ser administrador? In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração, 24, 2000, Atibaia. *Anais* [...]. Atibaia: Enanpad, 2000.
- BEZERRA, C. M.; MINAYO, M. C. S.; CONSTANTINO, P. Estresse ocupacional em mulheres policiais. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 18, p. 657-666, 2013.
- BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. *Pesquisa Nacional sobre Valorização dos Profissionais de Segurança Pública*. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/mjsp-divulga-resultado-da-pesquisa-nacional-sobre-a-valorizacao-do-profissional-de-seguranca-publica>. Acesso em: 26 set. 2024.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Assédio moral e sexual no trabalho: cartilha informativa*. Brasília: MTE, ASCOM, 2010.
- BRASIL. SENASP. *Mulheres nas instituições de segurança pública: estudo técnico nacional*. Brasília: Ministério da Justiça, 2013.
- CARLOTO, C. M. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. *Serviço Social em Revista*, Londrina, v. 3, n. 2, p. 201–213, jan./jun. 2001. Disponível em: https://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v3n2_genero.htm. Acesso em: 10 fev. 2024.

CARSTENS FILHO, L. R. L. Justiça organizacional: um estudo na Polícia Militar do Paraná. 2021. 122 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações, Liderança e Decisão) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

CAVALCANTE, G. F.; SILVA, F. D. S. O assédio moral no trabalho: análise das implicações legais e psicológicas. *Revista de Direito do Trabalho*, v. 46, n. 2, p. 130-145, 2021.

CRISTO, R.; FERNANDES, E. G.; LOPES, F. R.; NUNES, E. S. Os desafios da mulher nas funções policiais militares: um estudo na Amazônia. *Iniciação Científica Cesumar*, v. 23, n. 1, p. 33–43, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/iccesumar/article/view/9880>. Acesso em: 31 maio 2025.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Pesquisa nacional assédio e discriminação no âmbito do Poder Judiciário**. Conselho Nacional de Justiça. Brasília: CNJ, 2022.

CUNHA, C. M.; ALMEIDA NETO, O. P.; STACKFLETH, R. S. Principais métodos de avaliação psicométrica da confiabilidade de instrumentos de medida. *Revista Brasileira de Ciências da Saúde*, João Pessoa, v. 20, n. 3, p. 393-399, 2016. DOI: <https://doi.org/10.4034/RBCS.2016.20.03.10>

OLIVEIRA, K. L. de; SANTOS, L. M. dos. Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua. *Sociologias*, v. 12, n. 2, p. 55-78, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/kRWWYHPFpWbhGmMdbjtqcp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 fev. 2024.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho:** estudo de psicopatologia do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

DEJOURS, C. Psicodinâmica do trabalho e teoria da sedução. *Psicologia em Estudo*, v. 17, n. 3, p. 363-371, 2012.

63 —

DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. **Psicodinâmica do trabalho:** contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 1994. p. 119-145.

DIAS, L. O.; ROSA, F. S. Polícia tem gênero? Algumas reflexões sobre mulheres e feminino na segurança pública brasileira. *Revista Ártemis*, [S. l.], v. 18, n. 1, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/22543>. Acesso em: 26 fev. 2025.

GERNET, I.; DEJOURS, C. **Avaliação do trabalho e reconhecimento.** In: BENDASSOLI, P. F.; SOBOLL, L. A. P. (Orgs.). Clínicas do trabalho: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade. São Paulo: Atlas, 2011.

GOMES, A. J. F. **O trabalho policial e suas implicações na saúde mental.** Formiga, MG: Universidade Atual Editora, 2021. 34 p.

GOTTEMS, L. B. D.; CARVALHO, E. M. P.; GUILHEM, D.; PIRES, M. R. G. M. Good practices in normal childbirth: reliability analysis of an instrument by Cronbach's Alpha. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 26, n. 3000, p. 1-8, 2018.

GUEDES, H. D.; GONDIM, S. M. G. Trabalho emocional e engajamento no trabalho em policiais militares. *Quaderns de Psicologia*, v. 22, n. 2, e1584, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1584>

GUIMARÃES, F. A. L. **Realização profissional, prazer e sofrimento no trabalho e valores: um estudo com profissionais de nível superior.** 2005. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Uberlândia, 2005.

HIRATA, H. KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 jun. 2025.

HIRSCHLE, A. L. T.; GONDIM, S. M. G. Estresse e bem-estar no trabalho: uma revisão de literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 7, p. 2721-2736, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020257.27902017>

KIMMEL, M. S. *Masculinities*. 2. ed. New York: McGraw-Hill, 2008.

LIMONGI-FRANÇA, A. C. Stress e trabalho: uma abordagem psicossomática. In: SAMPAIO, J. R.; GALASSO, L. (Orgs.). *Stress no mundo do trabalho: trajetória conceitual*. São Paulo: Atlas, 2002, p. 54-71.

MARÇAL, H. I. F.; SANTOS, A. S.; ALMEIDA, T. M.; SILVA, J. P.; COSTA, R. S. Vivências de prazer-sofrimento na organização do trabalho dos policiais militares da Região Norte. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, v. 20, n. 2, 2020. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172020000200007. Acesso em: 26 fev. 2024.

MARTINS, B. G.; SILVA, W. R.; MARÔCO, J.; CAMPOS, J. A. D. B. Escala de Depressão, Ansiedade e Estresse: propriedades psicométricas e prevalência das afetividades em universitários. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, v. 68, n. 1, p. 32-41, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/0047-2085000000222>

MENDES, M. A. *Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

MENDES, R. *Escala de Indicadores de Prazer e Sofrimento no Trabalho (EIPST)*. 2003. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3953/395358037001.pdf>. Acesso em: 26 set. 2024.

NASCIMENTO, M. F. da C. do; FEITOSA, F. B.; RODRÍGUEZ, T. D. M. Estrés psicológico, depresión y habilidades sociales de la policía militar. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 10, p. e5149108789, 2020. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i10.8789>.

NOGUEIRA, C. M. O trabalho feminino e as desigualdades no mundo produtivo do Brasil. In: YASBEK, M. C.; SILVA, M. O. S. *Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo*. 2. ed. São Paulo: Cortez; São Luís: FAPEMA, 2010, p. 17-51.

OLIVEIRA, P. L. M.; BARDAGI, M. P. Estresse e comprometimento com a carreira em policiais militares. *Boletim de Psicologia*, São Paulo, v. 59, n. 131, p. 153-166, dez. 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/317475138_Estresse_e_comprometimento_com_a_carreira_em_policiais_militares. Acesso em: 31 mai. 2025.

OLIVEIRA, T. S.; FAIMAN, C. J. S. Ser policial militar: reflexos na vida pessoal e nos relacionamentos. Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo. *Revista Psicologia*, 2019. DOI: <https://doi.org/10.17652/rpot/2019.2.15467>

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS); ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Relatório Mundial sobre Violência e Saúde*. Genebra: OMS, 2001

TOMAZELI, Alessandra. *Saúde mental dos policiais militares: uma análise quantitativa dos fatores associados*. 2021. 121 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Medicina) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Passo Fundo, 2021. Disponível em: <https://rd.uff.edu.br/bitstream/prefix/5024/1/ALESSANDRA%20TOMAZELI.pdf>. Acesso em: 31 maio 2025.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

ZANELLO, V.; FIUZA, H. G.; COSTA, H. S. Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 27, n. 3, p. 238-246, set.-dez. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1483>.